



## VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

---

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania [AT]

---

#### **DINÂMICAS DA “NOVA” PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM ANGOLA**

---

---

SOUSA, Florival Raimundo

Mestrando em Sociologia

FEUC/Universidade de Coimbra

[florival.sousa@hotmail.com](mailto:florival.sousa@hotmail.com)

---



### Resumo

A notoriedade do indivíduo como animal social ou político implica a sua ligação intrínseca à diferentes instituições e, por via da regra, à diferentes formas de exteriorizar atitudes e comportamentos, desde que limitadas por regras específicas. Independentemente das modalidades e intensidades, a participação do cidadão na vida pública tem por objectivo exercer alguma forma de influência sobre os órgãos de decisão. Este “jogo político” apresenta um carácter particular na sociedade pós-moderna, na medida em que os modelos de intervenção vão sendo mais diversos e inovadores, incluindo novas formas de mobilização e de expressão, sejam elas no campo do real ou do virtual.

Desde os finais da primeira década do século XXI que a paisagem política angolana tem sido marcada por intervenções públicas dominadas por jovens actores, ávidos por rápidas transformações, com o objectivo de proporcionar novos horizontes de debate e de soluções dos seus problemas. Estas novas acções colectivas transcendem a lógica local em direcção a problemáticas transversais e globais como o desemprego em massa, a corrupção ou a defesa da liberdade de expressão, proporcionando um campo interessante de análise sociológica.

As intervenções persistentes de um extracto social bastante jovem reflectem novas dinâmicas de mobilização e participação que, sustentadas pela envolvente típica da globalização, já não podem ser menosprezadas pelos poderes públicos. A presente comunicação foca a sua abordagem na trajectória da participação política na jovem democracia angolana, com renovados intervenientes, e as lições que poderão ser apreendidas como exemplos a seguir ou, eventualmente, a evitar, num mundo marcado por interacções de vária ordem, a uma escala global.

### Abstract

The notoriety of the individual as social or political animal implies its intrinsic link to different institutions and, by rule, the different ways to externalize attitudes and behaviours, since limited by specific rules. Regardless of the modes and intensities, citizen participation in public life is to exercise some form of influence on decision-making bodies. This "political game" presents a particular character in postmodern society, insofar as intervention models are more diverse and innovative, including new forms of mobilisation and of expression, whether in the field of real or virtual.

Since the end of the first decade of the 21st century the Angolan policy landscape has been marred by public intervention dominated by young actors, eager for quick transformations, with the aim of providing new horizons for debate and solutions of your problems. These new collective actions transcend local logic towards transversal and global problems like mass unemployment, corruption or the defense of freedom of expression, providing an interesting field of sociological analysis.

Persistent interventions of a social extract fairly young reflect new dynamics of mobilisation and participation which, sustained by the typical environment of globalization, can no longer be overlooked by the public authorities. The present communication focuses his approach in the trajectory of political participation in the young Angolan democracy, with renovated actors, and the lessons that could be seized as the following examples or, eventually, to avoid, in a world marked by interactions of various kinds, on a global scale.

Palavras-chave: Participação política; Sociedade civil; Democracia participativa

Keywords: Political participation; Civil society; Participatory democracy



## **Introdução**

A notoriedade do indivíduo como animal social e/ou político implica a sua ligação intrínseca à diferentes instituições e, por via da regra, à diferentes formas de exteriorizar atitudes, sentimentos e emoções, desde que balizadas por regras e preceitos próprios. Estas formas de intervenção na vida pública não são nem histórica e nem geograficamente lineares, apresentando uma variabilidade de acordo com as experiências vivenciadas numa ou noutra região.

Independentemente das modalidades, intensidades ou geografias, a participação do cidadão na vida pública tem como fim último exercer alguma forma de pressão ou influência no ciclo restrito dos órgãos de decisão. Este “jogo político” reveste-se de um carácter particular na sociedade pós-moderna, na medida em que os modelos de intervenção vão se tornando mais diversificados e inovadores, variando desde as manifestações violentas até ao silêncio ou inacção como forma de protesto.

A realidade da paisagem política angolana (incluindo formas de Governo) não se afasta muito do que é vivido na sociedade ocidental, na verdade é derivada desta, bastando olharmos para os condicionalismos históricos. Porém, é precisamente na escala da tolerância ou nas formas de actuação na esfera pública onde geralmente situa-se o hiato entre os dois pólos, proporcionando, deste modo, um campo de interesse da análise sociológica.

O ensaio que nos propusemos apresentar foca a sua abordagem na trajectória da participação política na jovem democracia angolana e as lições que poderão ser apreendidas como exemplos a seguir ou, eventualmente, a evitar, num mundo marcado por interacções e troca de experiências, de vária ordem, a uma escala global.

### **1. Preâmbulo à atmosfera do espaço público angolano**

Durante a vigência da 1ª República em Angola, isto é, de 1975 a 1991, a sociedade foi dominada por um sistema económico centralizado, apoiado pela governação de um regime político de partido único, com consequências óbvias para toda e qualquer tentativa de intervenção num espaço público que era praticamente inexistente. Nesta atmosfera polarizada as Igrejas foram as únicas instituições que preservaram a sua independência em relação ao Estado, expressando publicamente as suas opiniões sobre a situação então vivenciada (Viegas, 2012). A desestruturação do tecido social, sustentado pela instauração de um clima de repressão, criou o ambiente propício para a promoção, pelo Estado, da chamada “sociedade civil organizada” (Abreu, 2012) que não era senão um conjunto de organizações de massas cooptadas ao partido-Estado.

Tendo como pano de fundo o conflito armado que, de grosso modo, servia para justificar facilmente a supressão dos direitos dos cidadãos, a simples pretensão de promover um espaço de intervenção era rapidamente desencorajada, tornando a participação política um tabu no léxico político de então. De forma gradual, o espaço público reduzia-se a um espaço de ressonância para a difusão das ideologias do partido, asfixiando as capacidades críticas dos cidadãos (*Idem*).

Parafraseando a académica sul-africana Sakhela Buhlungu (2003), mesmo sob um regime fechado há sempre espaço para que os oprimidos participem, de alguma forma, em questões respeitantes a aspectos que afectem as suas vidas. A politização de todos os domínios da vida social criava também espaços de resistência política, não necessariamente explícita, cuja principal estratégia consistia em evitar situações públicas em que houvesse a necessidade de manifestar lealdade ao regime (*Ibidem*).

Tal como a maior parte das ex-colónias a orientação político-ideológica adoptada estava em consonância com um dos figurinos da Guerra Fria – EUA ou URSS. E como Angola alinhava com este último, cujo modelo político e social já apresentava sinais de ruptura que mais tarde originaram o declínio, nos princípios dos anos 90, houve a necessidade de mudança de alinhamento que se traduziu precisamente na abertura à economia de mercado e a adopção de sua principal bandeira política- a Democracia liberal.

Embora o modelo de democracia adoptado fosse “adornado” com características particulares que ainda restringiam demasiado a liberdade dos cidadãos, porém, abriam-se perspectivas para o surgimento das

primeiras organizações ou corpos intermédios (citando Tocqueville) que, como veremos a seguir, enfrentaram (e enfrentam) inúmeros desafios para colocar em prática a sua agenda.

## **2. Os primeiros indícios e desafios da participação**

Nos primórdios da década de 90 Angola conheceu duas transições importantes que marcaram o início da 2ª República: da economia centralmente planificada para um sistema económico orientado para o mercado e do monopartidarismo para o multipartidarismo. Foi esta última que esteve na origem de mudanças significativas no quadro legal com a aprovação de um pacote de leis<sup>i</sup> e a consequente convocação das primeiras eleições gerais.

Na visão de Gianfranco Pasquino (2002), a participação eleitoral pode constituir quer o momento culminante de um conjunto de outras actividades de participação política quer o momento inicial de actividades ulteriores de participação. Com a criação de condições institucionais para a realização do sufrágio eleitoral, surgem, de facto, as primeiras organizações da sociedade civil com um amplo espaço de relações sociais não reguladas pelo Estado. A limitada capacidade deste em prover os serviços básicos em contexto de guerra civil ocupou a agenda da sociedade civil na realização de tarefas como assistência humanitária a deslocados, refugiados ou feridos, principalmente a nível local.

Com o fim do conflito armado, em 2002, vai se cristalizando, principalmente entre os jovens, importantes reflexões sobre as condições socioeconómicas, exercício do poder político ou até mesmo a redistribuição de recursos, proporcionando um novo cenário de actuação no campo da participação e da construção da opinião pública.

## **3. Jovens actores e novas dinâmicas na intervenção**

Com todos os mecanismos de controlo dos espaços de intervenção durante o conflito, após o seu término os argumentos para justificar tal acção escasseavam-se mas as práticas intimidatórias estavam longe disso. A consciência colectiva consolidava-se principalmente entre os jovens, repletos de anseios e expectativas não realizadas, culminando com a primeira manifestação pública em oposição ao regime, a 7 de Março de 2011<sup>ii</sup> cujo *slogan* era a liberdade de expressão.

A visibilidade e repercussão internacional da acção reflectiram a mobilização e o engajamento de um grupo social, por intermédio de um mecanismo até então pouco usual mas que já tivera feito eco em outras paragens do Norte de África – as redes sociais e internet. Ao adoptar como lema a realização plena da democracia as manifestações foram, em termos objectivos, mais defensivas que ofensivas distinguindo-se deste modo do movimento de Maio de 68 (Santos, 2012, p 139).

Não obstante a baixa taxa de escolaridade da maioria dos cidadãos<sup>iii</sup> e o controlo dos *media* públicos e privados, o ideal de democracia real enquanto antítese de democracia fictícia está a formar-se no imaginário dos jovens. A falta de alternância política e a escassez de alternativas face aos anseios e expectativas têm engrossado as fileiras dos indignados e excluídos do acesso ao capital económico e até mesmo cultural.

Os exemplos bem-sucedidos de outras partes do mundo, com protestos que chegaram a derrubar Governos, têm galvanizado novas atitudes e novas consciências, para novas modalidades de relacionamento entre cidadãos e instituições políticas. Na era da globalização a participação política atinge novos contornos de dimensão transnacional, na medida em que as mudanças sociais ocorridas do outro lado do mundo podem actuar, em efeito dominó, em sociedades centrais ou periféricas. Mais do que um exercício de cidadania, a participação é também um exercício de vigilância contínua em torno das formas de governação para a prossecução do bem comum.

## **Conclusão**

Ao longo do presente trabalho procuramos demonstrar como o processo de intervenção dos cidadãos na política activa está directamente interligado com os condicionalismos históricos e com os modelos de

governança existentes em cada território, enquanto espaços autónomos de jurisdição. Não obstante a consolidação de um padrão de relacionamento entre governantes e governados, assente na intervenção directa ou indirecta destes enquanto eleitores para a escolha daqueles<sup>iv</sup>, a formação da consciência colectiva, em torno das potencialidades locais e modelos alternativos, é um fenómeno a não menosprezar.

A desmoralização generalizada da política assente no desinteresse do bem público e na privatização desenfreada de serviços prestados pelo Estado Social tem levado à crise das instituições, à corrosão da estrutura social e do carácter do homem, dominado pela hegemonia neoliberal no mundo. Com efeito, os governados vão consolidando a mentalidade de que as modalidades de participação “legais e politicamente correctas” não resultam necessariamente em alternância ou realização das expectativas, visto que muitas estão manchadas de manipulações e irregularidades.

Novas formas de expressão e novos canais de diálogo são repetidas vezes experimentados, pelos quatro cantos do mundo, como um contraponto aos ditames eurocêntricos de democracia liberal. Os resultados nem sempre são satisfatórios mas a motivação permanece, num contexto em que estruturas globais asfixiam as acções dos indivíduos, cujas rotinas diárias e destinos parecem cada vez mais manipulados e politicamente orientados.

## Referências Bibliográficas

Abreu, Cesaltina (2012). Cidadania e participação em Angola: Que papel para a Sociedade Civil? *In* Boaventura de Sousa Santos & José Octávio S. Van-dúnem (Orgs.), *Sociedade e Estado em construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola* (pp. 369-399). Coimbra: Almedina.

Buhlungu, Sakhela (2003). O reinventar da Democracia Participativa na África do Sul. *In* Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa* (pp. 133-166). Porto: Afrontamento.

<http://centralangola7311.net/>. Obtido de Central Angola 7311 em 24 de Abril de 2013.

<http://www.jornaldigital.net/noticias.php?noticia=32523>. Obtido de Jornal Digital em 24 de Abril de 2013

Pasquino, Gianfranco (2002). *Curso de ciência política*. Lisboa. Principia

Santos, Boaventura de Sousa. (2003). *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Porto. Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa; Van-dúnem, José Octávio. (2012). *Sociedade e Estado em construção: Desafios do Direito e da Democracia*. Coimbra. Almedina.

Viegas, Fátima (2012). Igrejas e conflitos em Angola. *In* Boaventura de Sousa Santos & José Octávio S. Van-dúnem (Orgs.), *Sociedade e Estado em construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola* (pp. 497-524). Coimbra: Almedina.

Zakaria, Fahred. (2003). *O futuro da liberdade: Democracia iliberal nos E.U.A e no mundo*. Lisboa: Gradiva publicações.

---

<sup>i</sup> Com a transição de sistema político foram aprovados um conjunto de leis (Lei das Associações, Lei da liberdade de imprensa, entre outras) em concordância com a primeira revisão constitucional da República de Angola. Cf. Araújo, Raúl (2012). *A evolução constitucional e as justiças de Angola*. *In* Boaventura de Sousa Santos & José Octávio S. Van-dúnem (Orgs.), *Sociedade e Estado em construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola*. Coimbra: Almedina.

<sup>ii</sup> Cf. *In* <http://centralangola7311.net/>

<sup>iii</sup> Até 2011 a taxa de analfabetismo situava-se em torno dos 33% não havendo mudanças significativas dois anos depois. Cf. *in* <http://www.jornaldigital.net/noticias.php?noticia=32523>

<sup>iv</sup> Reconhecemos que existem outras modalidades de participação sendo, geralmente, o sufrágio universal a mais difundida e a mais exercitada.